



tribunal
de justiça
do estado de goiás

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS - COMARCA DE CRIXÁS – GOIÁS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ESCRIVÃO JUDICIÁRIO II**

PROVA OBJETIVA

Prezado(a) Candidato (a):

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este caderno de prova, que deve conter 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com quatro opções de resposta. Constatando qualquer anormalidade (página de impressão, página repetida, ausência de página(s), impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do seu caderno de prova.
2. **NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
3. **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO DE RESPOSTAS E DA FOLHA DE RESPOSTAS.**
4. As folhas de respostas da prova objetiva e de redação definitiva da prova discursiva bem como o cartão de identificação deverão ser devolvidos aos fiscais ao final da prova.
5. O candidato só deverá assinar no cartão de identificação.
6. O candidato não poderá lançar seu nome ou assinatura em local não determinado nas folhas das provas.
7. A duração da prova é de 5 horas.
8. Os candidatos só poderão sair definitivamente da prova 2h após o seu início.
9. Os candidatos só poderão levar consigo o caderno de questões 3h após o início da prova.
10. Os dois últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão retirar-se da sala simultaneamente, depois de acompanharem o procedimento de lacração em envelopes das folhas das provas.
11. O gabarito será divulgado no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás www.tjgo.jus.br e no placar do Fórum da Comarca.
12. **ATENÇÃO AO PREENCHER O CARTÃO DE RESPOSTA:**
 - a) Ao transcrever suas opções para folha de resposta, use somente caneta de tinta indelével esferográfica nas cores azul ou preta;
 - b) Para cada questão, há uma única alternativa correta;
 - c) A questão deixada sem resposta, marcada em duplicidade ou rasurada equivalerá à errada.

Exemplo de preenchimento:

| | A | B | C | D |
|--------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 001. A | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 002. A | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 003. A | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 004. A | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 005. A | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

PROVA SUBJETIVA

4. No final do caderno de questões, segue caderno da prova subjetiva contendo 3 (três) questões discursivas. Serão corrigidas, na proporção de 10 (dez) candidatos por vaga, as provas discursivas dos candidatos que obtiverem as maiores pontuações acima do mínimo exigido para as provas de múltipla escolha (prova objetiva).

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para questão 01

A baixa taxa de cidades goianas que atingiram a meta de vacinar 80% do público alvo contra o vírus H1N1, da gripe A, deixou a Secretaria de Estado da Saúde em alerta. Até a manhã desta segunda-feira (12), apenas 18 municípios conseguiram o objetivo, enquanto as demais 228 cidades permanecem em busca da imunização de mais de 544 mil pessoas. A campanha foi prorrogada e vai até o próximo dia 23 de maio.

Só neste ano, 65 casos de gripe A foram confirmados no estado, índice 8% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado. Além disso, três mortes ocorreram em função da doença, sendo uma em Goiânia e duas em Corumbaíba.

Para evitar riscos, devem ser vacinados contra o vírus crianças até cinco anos, idosos, gestantes, indígenas, pessoas com doenças crônicas e profissionais da área da saúde.

Apesar da divulgação sobre a importância de se prevenir, muita gente diz que ainda não sabia sobre a campanha de vacinação. É o caso do motorista Maurício Saraiva, que levou o filho para ser imunizado em um posto de saúde na última sexta-feira (9). “Eu fico fora nem sabia e aí a mãe dele me falou sobre a vacina”, disse.

A Secretaria ressalta que a gripe A provoca febre, tosse ou dor na garganta, dor de cabeça, na musculatura e nas articulações. No estágio mais grave, os sintomas são falta de ar, febre por mais de três dias, fortes dores no abdômen e fraqueza.

Governo de Goiás alerta para baixa taxa de vacinação contra H1N1. Fonte. Internet (<http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/goias-decreta-estado-de-alerta-por-baixa-taxa-de-vacinacao-contr-h1n1.html>). Acesso em 12.05.2014.

01. Depreende-se da leitura do texto que:

- a) 80% dos municípios goianos não conseguiram atingir a meta de vacinação contra o vírus H1N1, da gripe A, o que deixou a Secretaria de Estado da Saúde em alerta.
- b) O público alvo da vacinação contra o vírus H1N1 são crianças de até cinco anos, idosos, gestantes, indígenas, pessoas com doenças crônicas e profissionais da área da saúde.
- c) Apenas 18 municípios goianos conseguiram vacinar toda a população contra o vírus H1N1 (gripe A).
- d) Não houve divulgação sobre a importância de se prevenir contra o vírus H1N1, da gripe A, razão pela qual, muita gente diz que não sabia da campanha de vacinação.

Texto para questão 02

O Programa Bolsa Família foi responsável por 28% da queda da extrema pobreza na última década. É o que aponta o estudo Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família — uma Análise Comparativa das Transferências Sociais, divulgado em 15/10/2013, em Brasília. De acordo com os dados apresentados, entre 2002 e 2012, a proporção de brasileiros que vivem com menos de R\$ 70 caiu de 8,8% para 3,6%. O índice de pobreza caiu em 80% dos municípios do país.

Comparado a outras transferências públicas, o referido programa é o que reduz a desigualdade e a pobreza ao menor custo. Cada real adicional aplicado no Bolsa Família impacta a desigualdade 369% e 86% a mais que a previdência social em geral e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), respectivamente.

Os dados da pesquisa atestam o caráter sustentável do programa, visto que o Bolsa Família e o BPC gastam juntos, em média, 1% do PIB brasileiro, enquanto a

maioria dos países europeus gasta mais que isso. Somente em 2012, o governo federal dos Estados Unidos da América destinou U\$ 315 bilhões, cerca de 2% de seu PIB, para programas com essa finalidade. No mesmo ano, os programas do Brasil representaram um gasto de R\$ 21,1 bilhões, apenas 0,46% do PIB do país.

Atualmente, o programa Bolsa Família atende cerca de 13,8 milhões de famílias, o que significa que o benefício é destinado a aproximadamente 50 milhões de indivíduos — um quarto de toda a população brasileira.

Programa Bolsa Família reduziu a miséria em 28% nos últimos dez anos. Internet: <www.ipea.gov.br> (com adaptações).

02. Depreende-se da leitura do texto que:

- a) Os valores destinados a programas de transferência de renda no Brasil são quatro vezes menores que os aplicados em programas de mesma natureza nos Estados Unidos da América.
- b) O Brasil investiu no programa Bolsa Família, em 2012, a metade do que os Estados Unidos da América investiram em programas de transferência de renda.
- c) Um quarto da população brasileira vive com menos de R\$ 70 por mês.
- d) A proporção de brasileiros em extrema pobreza caiu para menos da metade entre 2002 e 2012.

03. Quanto ao emprego da vírgula, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Um bom conteúdo, perde muito sem um bom papel.
- b) Foi à porta, espiou, correu para dentro assustada.
- c) O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás convida a todos os funcionários para as comemorações pelos 140 anos do Tribunal de Justiça.

- d) Agindo impensadamente, jamais conseguirá apoio de seus pais.

04. Analise os sinais de pontuação a seguir:

- I) O Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás têm o prazer de convidar V. Ex^a, para a sessão solene de lançamento do Plano Estratégico 2013/2015 deste Tribunal.
- II) O Ministério Público, manifestou-se favorável ao pedido de liberdade provisória formulado pelo réu.
- III) A responsabilidade civil, não depende da criminal, nem da administrativa, em razão da independência de instâncias.
- VI) Julgo procedente o pedido para condenar o requerido a pagar o valor de R\$ 6 (seis) mil reais, a título de compensação pelos danos morais sofridos pelo requerente.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Somente a alternativa I está correta.
- d) Somente a alternativa IV está correta.

05. No que tange à concordância verbal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em protestos contra a copa de 2014, o grupo de estudantes gritavam palavras de ordem contra a corrupção.
- b) Cerca de duzentas mil pessoas assistiram ao campeonato mundial de futebol.
- c) À noitinha, o rapaz com a namorada passou por aqui, distribuindo, de casa em casa, os folhetos da campanha do agasalho.

d) Já houve duas discussões sérias entre nós.

06. No que tange à regência verbal, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Ontem assisti um documentário sobre a segunda guerra mundial.

b) Eu quero a meus amigos e sempre lhes quis.

c) Um homem sem escrúpulos e valores morais sólidos, só visa uma posição de destaque no Poder.

d) Prefiro mil vezes ser pobre e honesto a ser rico e corrupto.

07. Analise os itens a seguir:

I) nas orações interrogativas diretas e indiretas se usa “por que”, separado e sem acento, como no exemplo: “Por que você demorou tanto? Quero saber por que meu dinheiro está valendo menos”.

II) Usa-se “por quê”, separado e com acento, quando a expressão vier no final da frase ou sozinha, a exemplo de: “Ria, sem saber por quê? Brigou de novo. Por quê?”.

III) Usa-se “porque” quando a expressão for equivalente a *pois, uma vez que, para que*, como no exemplo: “não responda, porque ele está com a razão”.

IV) Quando a expressão for substantiva, situação em que o termo é sinônimo de motivo ou razão, usa-se “porquê”, como no exemplo: “o diretor se negou a explicar o porquê de sua decisão”.

De acordo com as opções acima, qual assertiva está **CORRETA**:

a) Todas estão corretas.

b) As alternativas II e III estão corretas.

c) As alternativas I, II e III estão corretas.

d) As alternativas I, III e IV estão corretas.

08. “A ortografia, da combinação dos elementos de origem grega *orto* – (reto, direito, correto) + *grafia* (representação escrita de uma palavra), é o conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a escrita correta das palavras”. (William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhaes. *Gramática reflexiva*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 2012).

De acordo com as novas regras ortográficas, marque a opção **INCORRETA**:

a) pajé, jiboia, ideia, biju, laranja, sujeira, ferrugem, lambujem, gesso, granja, margem.

b) trouxa, recauchutar, mexer, enxurrada, enxaqueca, encher, encharcar, burguês, chinês, rigidez, riqueza, análise.

c) para-quedas, microondas, contra-razões, seminterno, antiinflamatório, paracheque.

d) eles vêm, eles intervêm, eles mantêm, eles creem, eles leem, eles veem.

Texto para as questões 09 e 10

A violência contra a juventude negra foi debatida, em outubro, pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. De acordo com o estudo *A Cor dos Homicídios no Brasil*, desenvolvido pelo coordenador da área de estudos da violência da Faculdade Latino-Americana no Rio de Janeiro, de 2001 a 2010, enquanto o índice de mortalidade entre jovens brancos no país caiu 27,1%, o de mortalidade entre negros cresceu 35,9%.

Com base em dados do sistema de informações de mortalidade, do Ministério da Saúde, a pesquisa revela que, no Brasil, as maiores vítimas de violência são jovens negros com baixa escolaridade. O racismo é a maior motivação para os crimes. Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Pará, Distrito Federal e Pernambuco são as unidades da Federação que mais registram casos de homicídios contra negros.

Outro dado da pesquisa mostra que, em 2010, quase 35 mil negros foram assassinados no país. “Os números deveriam ser preocupantes para um país que aparenta não ter enfrentamentos étnicos, religiosos, de fronteiras, raciais ou políticos. Representam um volume de mortes violentas bem superior ao de muitas regiões do mundo que atravessaram conflitos armados internos ou externos”, avalia o pesquisador.

“É uma situação alarmante, que coloca o Brasil entre os piores lugares do mundo — sétimo lugar — em relação ao homicídio, mas em situação pior ainda em relação à morte de jovens negros. O governo reconhece que esse é um problema histórico que afeta especificamente a juventude negra”, disse a porta-voz da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República.

Exterminio de jovens negros preocupa autoridades brasileiras. Internet: <revistaforum.com.br> (com adaptações).

09. No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa CORRETA:

a) “O racismo é a maior motivação para os crimes. Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Pará, Distrito Federal e Pernambuco são as unidades da Federação que mais registram casos de homicídios contra negros”. O vocábulo “contra” classifica-se como oposição e denota oposição.

b) “É uma situação alarmante, que coloca o Brasil entre os piores lugares do mundo — sétimo lugar — em relação ao homicídio, mas em situação pior ainda em relação à morte de jovens negros”. Neste trecho, caso a vírgula após a palavra homicídio fosse suprimida, a correção gramatical do texto seria mantida.

c) No texto as aspas foram empregadas para separar trechos de discurso indireto.

d) Os vocábulos “país” e “homicídio” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação ortográfica.

10. A respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto, marque a opção CORRETA:

a) No último parágrafo do texto, no trecho “... *mas em situação pior ainda em relação à morte de jovens negros...*”, a expressão ‘em relação’ poderia ser correta e coerentemente substituída por no que concerne à.

b) No terceiro parágrafo do texto, poderia ser inserida uma vírgula após a palavra “país”, no trecho “... *quase 35 mil negros foram assassinados no país*”.

c) No final do primeiro parágrafo, no trecho “... *enquanto o índice de mortalidade entre jovens brancos no país caiu 27,1%, o de mortalidade entre negros cresceu 35,9%*”, o emprego da vírgula após “27,1%” é facultativo.

d) No primeiro parágrafo, o termo “enquanto”, no trecho “... *enquanto o índice de mortalidade...*”, que expressa no texto uma circunstância de conformidade, poderia ser substituído por como.

ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E NOÇÕES SOBRE A REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL.

11. No que se refere às garantias e às vedações aplicáveis à magistratura brasileira, é CORRETO afirmar que os juízes:

a) têm vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais

casos, de sentença judicial transitada em julgado.

b) têm inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público fundado em decisão por voto de maioria de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

c) não podem exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

d) têm irredutibilidade de subsídio, não se lhes aplicando limites constitucionais, nem sequer o teto de remuneração.

12. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, NÃO tem como atribuição:

a) Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros dos tribunais julgados há menos de um ano.

b) Processar e julgar os recursos interpostos contra decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em única ou última instância.

c) Zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgão do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

d) Zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

13. Marque a alternativa que preenche corretamente os espaços no texto abaixo.

O _____, eleito na conformidade do disposto no Código de Organização Judiciária e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça pelo _____, por um período de _____, toma posse perante o Presidente do Tribunal de Justiça, sendo-lhe subordinados todos os órgãos do _____ grau do Poder Judiciário, bem como os _____ pertencentes ao quadro geral da _____.

a) Diretor Geral do Tribunal de Justiça – Plenário – dois anos – 1º e 2º grau – os servidores – Diretoria Geral.

b) Corregedor-Geral da Justiça – Plenário – dois anos – 1º grau – servidores – Corregedoria.

c) Ouvidor Geral do tribunal de Justiça – Plenário – dois anos – 1º e 2º grau – os servidores – Ouvidoria Geral.

d) Presidente do Tribunal de Justiça – Plenário – dois anos – 2º grau – os servidores – Corte Especial do Egrégio Tribunal de Justiça.

14. O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, condenado a 12 anos e sete meses de prisão no processo do mensalão, em julgamento histórico do STF que julgou e condenou várias personalidades políticas no âmbito nacional, foi preso na Itália, na cidade de Maranello, após operação conjunta das polícias brasileira e italiana. Ele estava foragido desde novembro do ano passado. Seu nome é:

a) Franchesco Pizzolato.

b) Celso Pizzolato.

c) Henrique Pizzolato.

d) Battisti Pizzolato.

Texto para questão 15

"O golpe de 64 afetou imediatamente o Judiciário, quando violou um dos princípios fundamentais do Estado contemporâneo, que é o princípio da separação dos poderes. Afirmando isso devido aos imediatos expurgos de militares que se opuseram ao golpe, as cassações arbitrárias de políticos e outras formas de perseguição. O Poder Judiciário não tinha autonomia plena sobre as violações de direitos que ocorriam no Brasil imediatamente após o golpe", destacou o professor Ivan Furmann, professor de história do direito do Instituto Federal do Paraná, em Palmas (PR), o Judiciário perdeu a "autonomia" com o AI-1, norma que permitiu aos militares alterarem a Constituição vigente. Um dos exemplos da falta de autonomia é narrado no livro "A ditadura militar e os golpes dentro do golpe", de Carlos Chagas, que relata um episódio de novembro de 1964, no qual o então governador de Goiás, major do Exército, foi acusado de conspirar contra o regime, mesmo apoiando a ditadura. (Mariana Oliveira, www.g1.com.br, em Brasília, 30/03/2014 13h21 - Atualizado em 31/03/2014 14h49).

15. O texto acima se refere ao Golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964. Esta notícia faz referência ao então governador de Goiás que era:

- a) Mauro Borges Teixeira
- b) Otávio Lage de Siqueira
- c) Leonino Di Ramos Caiado
- d) Pedro Ludovico Teixeira

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

16. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **EXCETO**:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Estabelecer os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor,

idade e quaisquer outras formas de discriminação.

- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

17. A Constituição Federal assegura, com exclusividade, ao Tribunal do Júri:

- a) Soberania dos veredictos, competência para julgar crimes dolosos contra a vida, contraditório e plenitude de defesa.
- b) Sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para julgar crimes dolosos contra a vida e plenitude de defesa.
- c) Contraditório, soberania dos veredictos, competência para julgar crimes dolosos contra a vida e plenitude de defesa.
- d) Competência para julgar crimes dolosos contra vida, sigilo das votações, incomunicabilidade do conselho de sentença e plenitude de defesa.

18. Sobre os direitos fundamentais previstos na Constituição, julgue os itens que se seguem:

- I) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- II) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante à noite, por determinação judicial.
- III) não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.
- IV) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, se houver dano.

São **CORRETAS** as assertivas:

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.

19. Conforme estabelecido pela Constituição Federal no título sobre a organização de poderes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional. Por sua vez, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

20. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:

- a) Procurador-Geral da República.
- b) Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- c) Presidente do Congresso Nacional.

- d) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

21. Quanto aos servidores estatais, é INCORRETO afirmar que:

- a) O servidor público do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, contudo, o seu tempo de serviço não será contado para os efeitos legais.
- b) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- c) Empregado público é o agente estatal que é próprio das empresas públicas e sociedades de economia mista, que ocupa emprego público, sujeito a regime celetista e é escolhido por meio de concurso público.
- d) Servidor público é aquele agente estatal que é próprio da Administração Pública Direta, das autarquias e fundações públicas, que ocupa cargo público, sujeito ao regime jurídico estatutário e é escolhido por meio de concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

22. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O interesse público primário representa o interesse de toda a coletividade. De outro lado, o interesse público secundário representa o interesse da pessoa jurídica de direito público, pois o Estado também tem seus interesses próprios. Assim, o interesse público secundário não tem coincidência com o interesse público primário.

b) Em razão do princípio da separação de poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, o Poder Judiciário não pratica atos administrativos, mas somente atos judiciais.

c) O Brasil adotou o sistema inglês de jurisdição única, em função do princípio da inafastabilidade previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, segundo o qual, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Portanto, não existe contencioso administrativo no Brasil.

d) O sistema contencioso francês, chamado de contencioso administrativo, é aquele segundo o qual os atos praticados e de interesse da Administração Pública só podem ser reavaliados, revisados ou julgados pela própria Administração, que é quem detém a competência para processar e julgar as contendas e recursos hierárquicos contra si e não o Poder Judiciário.

23. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

a) São denominados de princípios reconhecidos os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, enquanto que são denominados de princípios implícitos os princípios da supremacia do interesse público, da indisponibilidade, da continuidade dos serviços públicos, da segurança jurídica e da proporcionalidade.

b) A obediência ao princípio da legalidade significa dizer que o Administrador pode fazer tudo o que a lei não veda.

c) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

d) Do princípio da indisponibilidade, decorre o princípio da legalidade. Por sua vez, do princípio da legalidade decorre o princípio da obrigatoriedade do exercício da atividade administrativa. Por fim, deste último princípio decorre o princípio da continuidade dos serviços públicos. Como consequência, os serviços públicos sempre devem ser prestados de forma contínua, sem corte ou interrupção.

24. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os atos da Administração Pública têm presunção de legitimidade, de legalidade e de veracidade.

b) Os órgãos da Administração Pública são centros de atribuição instituídos para o desempenho de funções estatais, por intermédio de seus agentes. Por isso, conforme a Teoria da Imputação ou Teoria do Órgão, os atos praticados pelo agente público são imputáveis ao órgão a quem está vinculado.

c) A descentralização institucional ou descentralização por outorga ocorre quando a Administração Pública Direta transfere a titularidade e a execução de um serviço público, por meio de lei, mantendo-se o vínculo de natureza legal na órbita estatal.

d) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

25. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

b) A doutrina francesa da responsabilidade por culpa do serviço – *faute du service* –

enquadra-se como hipótese de responsabilidade objetiva.

c) Empresas públicas podem se sujeitar à responsabilidade objetiva ou subjetiva, dependendo de seu objeto social.

d) Pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública, podem se sujeitar à responsabilidade objetiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Consoante determina o Código Civil, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Além disso, a incapacidade cessará para os menores, **EXCETO**:

a) pela concessão de um dos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

b) pelo exercício de emprego público efetivo.

c) pela colação de grau em curso de ensino superior.

d) pelo casamento.

27. Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Pode-se constranger alguém a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

b) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

c) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária ou por lei.

d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

28. Sobre a assistência judiciária, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Se no Estado não houver serviço de assistência judiciária, por ele mantido, caberá a indicação à Ordem dos Advogados, por suas Seções Estaduais, ou Subseções Municipais.

b) A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

c) Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

d) A assistência judiciária não compreende as despesas com honorários de advogados e de peritos.

29. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O direito à sucessão aberta constitui bem imóvel para efeitos legais, ainda que os bens da herança sejam móveis.

b) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

c) Pertencas são os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis,

enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

30. Julgue os itens a seguir:

I) A validade do negócio jurídico requer objeto lícito, possível, determinado ou determinável, porém a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

II) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública não é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor inferior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

III) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

IV) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

São CORRETAS as assertivas:

a) I, III e IV.

b) II e III.

c) I e II.

d) II e IV.

31. No que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Na hipótese de litigância de má-fé, nas ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude, não há isenção de custas e emolumentos.

b) A competência será determinada pelo lugar onde se encontrar a criança ou o adolescente.

c) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

d) A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

32. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A imparcialidade do juiz é requisito de validade do processo, enquanto que jurisdição é pressuposto de existência do processo.

b) O princípio do juiz natural tem duplo significado: o primeiro consagra a ideia de que só é juiz o órgão investido de jurisdição; o segundo impede a criação de tribunais *ad hoc* e de exceção.

c) Cabe ação rescisória contra sentença proferida por juiz suspeito, uma vez que a imparcialidade é requisito processual de validade.

d) O princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz depende, na instrução da causa, da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão.

33. Julgue os itens a seguir:

I) Nos termos do Código de Processo Civil, determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência territorial. Trata-se do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*.

II) A decisão de incompetência enseja a remessa dos autos ao juízo competente. Contudo, nos juizados especiais, excepcionalmente, a decisão de incompetência gera a extinção do processo.

III) A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.

IV) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, superfície, usufruto e imissão de posse.

São CORRETAS as assertivas:

- a) II e III.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.

34. Marque a alternativa CORRETA:

a) A competência absoluta tutela o interesse público, por isso pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, podendo ser alegada pelas partes em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção. De outro lado, a incompetência relativa tutela interesses privados, devendo ser alegada pelas partes por meio de exceção no prazo legal, sob pena de prorrogação da competência. Assim como na incompetência absoluta, uma vez declarada a incompetência relativa, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.

b) A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, altera a competência territorial resultante das leis de processo.

c) Não se trata de conexão e sim continência, quando duas ou mais ações possuem identidade de partes e de causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

d) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

35. Julgue os itens a seguir:

I) A legitimidade ordinária se dá quando alguém discute no processo interesse ou direito próprio. Por sua vez, a legitimidade extraordinária se dá quando alguém está no processo em nome alheio, defendendo direito ou interesse alheio.

II) Pela Teoria da Asserção, adotada pela maioria da doutrina e da jurisprudência, a análise das condições da ação deve ser feita à luz do que se afirma na petição inicial "*in statu assertionis*", dispensando-se a produção de prova para aferir a sua existência. Desta forma, se com o que foi alegado pelo autor, as condições estiverem presentes, posterior análise sobre sua veracidade será considerada decisão de mérito. Contudo, apesar de minoritária, o Código de Processo Civil adota a Teoria da Exposição, segundo a qual as condições da ação não são analisadas somente a partir das assertivas da petição inicial, mas podem ser verificadas a qualquer momento, inclusive através de provas. Assim, para esta última teoria, com a verificação superveniente da inexistência de uma condição da ação, o processo deve ser extinto sem julgamento de mérito, independente do momento e do grau de jurisdição.

III) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo. Trata-se de capacidade de ser parte, pressuposto de existência do processo.

IV) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais

imobiliários. Trata-se de capacidade processual das pessoas casadas, requisito de validade do processo.

V) A capacidade postulatória constitui requisito de validade do processo. Por isso, os atos processuais praticados por quem não é advogado são nulos. Contudo, os atos processuais praticados por advogado sem procuração, nos termos da lei processual civil, são inexistentes.

São **CORRETAS** as assertivas:

- a) II, IV e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) I e III.

36. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes, salvo se o adquirente ou o cessionário ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, com o consentimento da parte contrária. Caso a parte contrária não consinta, o adquirente ou o cessionário poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial.

b) Por se tratar de uma relação jurídica indivisível, na ação que busca anular um casamento tem-se um litisconsórcio necessário por força de lei, caso em que o juiz ordenará ao autor que promova a citação do outro cônjuge, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.

c) A denúncia da lide pode ser feita pelo autor e pelo réu.

d) Na nomeação à autoria, se o nomeado reconhecer a qualidade que lhe é atribuída, contra ele correrá o processo; se a negar, o processo continuará contra o nomeante.

37. De acordo com o Código de Processo Civil, incumbe ao escrivão, EXCETO:

a) comparecer às audiências, ou, não podendo fazê-lo, designar para substituí-lo escrevente juramentado, de preferência datilógrafo ou taquígrafo.

b) executar as ordens judiciais, promovendo citações e intimações, bem como praticando todos os demais atos, que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária.

c) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.

d) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.

38. Sobre os atos processuais previstos na lei processual civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 18 (dezoito) horas.

b) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 30 (trinta) dias.

c) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que for determinado o fechamento do fórum.

d) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa. Contudo, quando ordenada por juiz incompetente não interrompe a prescrição.

39. Sobre os recursos em processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A parte que cumprir voluntariamente a condenação determinada por sentença não

poderá recorrer, mesmo que o prazo do recurso não tenha se esgotado.

b) Cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial.

c) Cabem embargos infringentes quando o acórdão unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.

d) O agravo retido independe de preparo.

40. Sobre ação penal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As ações penais públicas são regidas pelo princípio da obrigatoriedade.

b) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.

c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

d) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá a todos.

41. Acerca dos procedimentos em espécie no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 05 (cinco) anos de pena privativa de liberdade.

b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

c) No âmbito do processo penal vige o princípio da identidade física do juiz.

d) No caso de registro da audiência por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição.

42. Acerca das nulidades no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

a) O fato de o juiz que preside o feito ser inimigo capital do acusado não enseja qualquer nulidade passível de questionamento.

b) Nos crimes que deixam vestígio, a falta do exame de corpo de delito sempre causará nulidade processual.

c) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

d) A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a dos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

43. Ao final de uma partida de futebol, dezenas de torcedores, inconformados com a derrota de seu time, resolvem depredar o estádio. Assim, arrancam cadeiras, danificam vestiários, enfim, promovem um verdadeiro quebra-quebra. Tem-se, pois, a prática de vários crimes de danos (art. 163 do Código Penal), praticados ao mesmo tempo e no mesmo lugar e por pessoas reunidas ocasionalmente. Destarte, para situações como a do caso em questão, o Código de Processo Penal prevê que a competência para processar e julgar tais crimes será determinada pela:

a) Conexão.

b) Prevenção.

c) Distribuição.

d) Natureza da infração.

44. Acerca das citações e intimações, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Como regra, a citação do réu é pessoal, isto é, a ele dirigida, e por mandado judicial.
- b) O acusado que comparecer diante do juiz, independentemente da realização de citação válida, poderá se dar por citado, desde que lhe seja apresentado o mandado ou que seja dada vista dos autos, a ele ou seu defensor.
- c) Não é cabível, no processo penal, a modalidade de citação ficta com hora certa.
- d) O ato pelo qual se julga nula ou de nenhuma eficácia a citação é denominado pela doutrina de *circundução*; quando anulada, se diz que há citação *circunduta*.

45. Assinale a alternativa INCORRETA:

Caberá Recurso em Sentido Estrito (RESE) da decisão, despacho ou sentença:

- a) Que pronunciar o réu.
- b) Que concluir pela incompetência do juízo.
- c) Que não receber a denúncia ou a queixa.
- d) Que impronunciar o réu.

46. Ainda sobre o sistema recursal no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A carta testemunhável será requerida ao escrivão, ou ao secretário do Tribunal, conforme o caso, nas quarenta e oito horas seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.
- b) Caberá Apelação no prazo de 02 (dois) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas pelo juiz singular.

c) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.

d) Serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.

47. Sobre a execução penal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo, porém, as tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.
- b) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 2/3 (dois terços) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.
- c) Comente falta grave o reeducando que tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- d) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com duração máxima de trezentos e sessenta dias.

INFORMÁTICA BÁSICA

48. Sobre o *LibreOffice* julgue os itens a seguir:

I) O *LibreOffice* é uma suíte livre de aplicativos para escritório disponível para Windows, Unix, Solaris, e Linux, além de ser compatível com os formatos do *Microsoft Office*.

II) Os principais produtos do *LibreOffice* são o *Base* (gerenciador de banco de dados), o

Excel (efetua cálculos, analisa informações e visualiza dados em forma de planilha), o *Impress* (apresentação de *slides*), o *Writer* (processador de texto) e o *Draw* (editor de desenhos).

III) O *LibreOffice* é um produto gratuito e substitui o *BrOffice* e *OpenOffice*.

IV) O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás utiliza, em seus computadores fixos, o *Microsoft Office* como suíte de aplicativos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente II e III estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Somente I, III e IV estão corretos.

49. Sobre os processadores de texto *Writer* do *LibreOffice* e *Word* do *Microsoft Office*, julgue os itens a seguir:

I) Os arquivos do *Word* são salvos no formato DOC ou DOCX. Por sua vez, os arquivos do *Writer* são salvos no formato ODS.

II) O *Writer* abre todos os arquivos de texto do *Word*. Contudo, o *Word* não abre os arquivos de texto do *Writer*, por isso, neste último caso, é necessário converter.

III) As teclas de atalho para aplicar negrito ao texto selecionado, tanto no *Word* quanto no *Writer*, são “Ctrl + N”.

IV) No *Writer*, as teclas de atalho para sublinhar e aplicar itálico são, respectivamente, “Ctrl + U” e “Ctrl + i”.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As alternativas II e III.
 - b) As alternativas I, III e IV.
 - c) Somente as alternativas II e IV.
 - d) Somente as alternativas III e IV.
-

50. No Windows 7, um estagiário apagou o arquivo SENTENÇA.PDF da pasta SENTENÇAS no disco local C, o que resultou na transferência desse arquivo para a Lixeira. Mais tarde, o assistente jurídico, para ajudar o estagiário, recuperou o arquivo, o que resultou no retorno à situação anterior. Para isso, ele executou os procedimentos a seguir.

- 1) Acessou a Lixeira e selecionou o arquivo deletado;
- 2) Clicou no botão direito do mouse, o que fez com que o sistema mostrasse uma janela de diálogo na tela do monitor de vídeo;
- 3) Para finalizar, ele clicou no botão esquerdo do mouse em uma das opções mostradas nessa janela.

A opção escolhida na janela foi:

- a) Recortar.
 - b) Retornar.
 - c) Recuperar.
 - d) Restaurar.
-

PROVA DISCURSIVA

_____**QUESTÃO 1**_____ (4,0 pontos)

Elabore um mandado de citação de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

Dados a serem utilizados:

- a) Comarca de Crixás-GO.
- b) Acusado: Zeferino Silva Souza, vulgo “tripa seca”, brasileiro, garimpeiro, nascido em 13/12/1970, filho de Maria Madalena Silva e de José Aparecido Souza Silva, residente na Rua 10, Qd. 234, Lt. 21, nº 18, Setor Morada do Sol, Crixás-GO.
- c) Vítima: Antônio Fernandes de Melo, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 23/03/1965, filho de Agenor Fernandes de Melo e de Suzana Martins de Melo, residente na Av. das Oliveiras, Qd. 87, Lt. 10, Centro, Crixás-GO.
- d) Infração Penal: Estelionato (art. 171, *caput*, CP).
- e) Nome do Escrivão: Luiz Bueno Vidigal.
- f) Nome do Juiz: Joaquim Barbosa da Silva.
- g) Nome do Promotor: Enrico Ferri.
- h) Nome do Advogado do acusado: Valdivino Dantas.
- i) Data: 18.05.2014

OBS.: 1) Só podem ser utilizados os dados fornecidos acima, sob pena de eliminação.

2) Os dados fornecidos poderão ser utilizados integralmente ou não. Caberá ao candidato avaliar os dados necessários para elaboração da peça.

_____**QUESTÃO 2**_____ (4,0 pontos)

Discorra sobre o princípio do Devido Processo Legal, devendo abordar:

- a) Conceito e conteúdo;
- b) Os sentidos formal e material;
- c) Colisão de direitos fundamentais;
- d) Eficácias vertical e horizontal dos direitos fundamentais. (máximo de 40 linhas)

_____**QUESTÃO 3**_____ (2,0 pontos)

Discorra sobre fraude contra credores, fraude de execução e alienação de bem penhorado. Aponte as diferenças e consequências jurídicas de cada instituto.

(máximo de 20 linhas)